

“A LUTA TAMBÉM TE ENSINA”:

Processos de ensino-aprendizagem no marco de movimentos sociais argentinos¹

ADRIANA MARCELA BOGADO²

Resumo: Neste trabalho realizamos uma discussão a respeito dos movimentos sociais como espaços educativos, considerando que a participação neles promove o desenvolvimento de diversos processos de ensino-aprendizagem. Utilizando a metodologia da História Oral e a Observação Participante, conhecemos as experiências de participantes do Movimento de Mulheres em Luta, da Corrente Classista e Combativa, e de Assembleias de Bairro, na Argentina. Mulheres e homens reconhecem diversas aprendizagens adquiridas ao longo do processo de engajamento e apontam para a necessidade de empreender uma transformação cultural, que permita o aprofundamento do processo democrático.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Educação não-formal. Processos de ensino-aprendizagem. Práticas sociais. Argentina.

Abstract: In this work we discuss the social movements as educational spaces, taking into account that the participation in them promotes development of several teaching-learning processes. Using the methodology of Oral History and Participative Observation, we investigate participant's experiences in three Argentinean social movements: *Movimento de Mulheres em Luta*, the *Corrente Classista e Combativa*, and the Neighborhood Assemblies. These participants, women and men, can recognize various learning processes during social movement's engagement process, pointing out the need to undertake a cultural transformation that allows the deepening of the democratic process.

Keywords: Social movements. Non-formal education. Teaching-learning process. Social practices. Argentina.

INICIANDO O TEMA

Neste trabalho retomamos dados de pesquisas de mestrado e doutorado³ para identificar as aprendizagens realizadas por participantes de movimentos sociais da Argentina ao longo do processo de engajamento, sob a ótica de suas memórias e experiências. Partimos da consideração de que a participação nos movimentos sociais promove o desenvolvimento de diversos processos de ensino-aprendizagem. Assim, debruçamos-nos sobre dados coletados durante pesquisas que, embora não tivessem

este trabalho retomamos dados de pesquisas de mestrado e doutorado

essa temática como objeto específico de estudo, abordaram-na em entrevistas realizadas no marco da metodologia da História Oral e das observações registradas no Diário de Campo.

Segundo assinala Maria da Glória Gohn (2001), o conceito de Educação, em determinadas concepções restrito apenas aos processos de ensino-aprendizagem no âmbito escolar, deve ser compreendido de forma ampliada. Dessa ampliação

conceptual decorre um novo campo de investigação: a educação não-formal. Assim, o interesse pelas aprendizagens suscitadas em espaços não escolares aparece, também, nos trabalhos dedicados ao estudo dos movimentos sociais. Consequentemente, a autora utiliza o conceito de educação não-formal para englobar os processos de ensino-aprendizagem que acontecem nesses espaços:

[...] em processos organizativos da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais, organizações não governamentais e outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área social; ou processos educacionais, frutos da articulação das escolas com a comunidade educativa, via conselhos, colegiados, etc. (id. *ibid.*, p.7)

Considerando seu âmbito de atuação, é possível abordar os movimentos sociais como espaços de educação não-formal. De forma complementar, concordamos com a visão de Verrangia (2009), que retoma o conceito freiriano de educação como prática de libertação, e afirma que nas práticas sociais, marcadas pelo convívio, se desencadeiam processos educativos. Segundo o pesquisador:

É nas práticas sociais que as pessoas convivem e abrem-se para o mundo e nelas são produzidos processos educativos, pois, na intersubjetividade, os sujeitos atribuem significados ao ambiente em que vivem. (id. *ibid.*, p.83)

Os movimentos podem ser pensados como espaços propícios para o desenvolvimento de práticas sociais⁴ e, portanto, de processos educativos. Porém, essas práticas acontecem numa sociedade estruturada por relações desiguais, de poder e desumanizantes. Nesse sentido, Verrangia (op. cit.) também assinala a existência de práticas em que a cultura é alienada, atuando em sentido oposto ao educativo/libertador.

Há outras particularidades do movimento social que nos fazem pensar em seu potencial educativo, enquanto espaço de

experimentação, de criação e recriação. Os movimentos sociais colocam em cena novos atores que trazem novas racionalidades. Enquanto grupos atuantes na sociedade civil tentam organizar-se para expressar interesses e atingir metas, em um espaço em que normas e regras não estão estabelecidas e a institucionalidade pode ser contestada. Assim, formulam uma institucionalidade específica, não normatizada e com possibilidades múltiplas de rearranjos. Na apreciação de Alberto Melucci, nos movimentos sociais “*as relações não estão ainda cristalizadas em estruturas sociais*” (MELUCCI, 1994, p.155) e, assim, neles a “*ação é portadora imediata da tessitura relacional da sociedade e do seu sentido*” (idem).

É importante esclarecer que em nosso intuito de pensar os movimentos sociais como espaços educativos não estamos exigindo-lhes uma *tarefa* de “ser educativo”. Senão que entendemos que no processo de luta por transformação social as pessoas educam-se para as relações sociais, mesmo quando não se dão conta desse processo ou que ele não seja intencional/formalizado. Nesse sentido, pretendemos apontar as aprendizagens que estão sendo produzidas nesses espaços, revelando também os desafios que são colocados no processo de engajamento. A relevância dessas aprendizagens é destacada em vários depoimentos de participantes, aqui muitas vezes transcritos, que os consideram necessários para vislumbrar a possibilidade de transformação social que a ação coletiva almeja.

OS MOVIMENTOS PESQUISADOS

No mestrado estudamos as Assembleias de Bairros, surgidas na Argentina após os *panelaços*⁵ dos dias 19 e 20 de dezembro de 2001. As Assembleias caracterizaram-se por promover mecanismos de democracia direta, organização territorial, autonomia em relação aos partidos políticos e por estarem compostas, geralmente, por setores médios empobrecidos. Em

diferentes bairros de Buenos Aires e em algumas outras cidades do país, as Assembleias reuniram pessoas que nunca tiveram participação política, pessoas que militaram na década de 1970, pessoas com diferentes militâncias em partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e organizações de direitos humanos. Em encontros semanais, os/as participantes debatiam, planejavam e executavam ações orientadas a criar alternativas ante a crise estabelecida. Nesse contexto, desenvolviam práticas sociais pautadas em novas formas de se relacionar com a política, aprofundando o processo de democratização (BOGADO, 2006, p.1).

Na pesquisa de doutorado, estudamos dois movimentos sociais da Argentina, surgidos na década de 1990: Movimento de Mulheres em Luta (*Movimiento de Mujeres en Lucha* – MML), e Corrente Classista e Combativa (*Corriente Clasista y Combativa* – CCC). O MML surgiu na província de La Pampa, em junho de 1995, com o intuito de impedir que propriedades de pequenos e médios produtores e produtoras rurais fossem leiloadas ante a impossibilidade de pagar empréstimos hipotecários assumidos no processo, impulsionado pelo governo, de modernização produtiva. Tal movimento social é formado por produtoras, esposas de produtores, familiares e outras mulheres que se solidarizaram com a causa, e organizou-se em torno das seguintes reivindicações: parada imediata das execuções e leilões; nova análise da legitimidade das dívidas; refinanciamentos adequados, considerando o tipo de produção; e implementação de auxílios financeiros para promover a produção (ISLA, 2004, p.23). O movimento teve como principal instrumento de luta a interrupção dos leilões, realizada por meio de intervenções como orações coletivas em voz alta e o canto do Hino Nacional Argentino pelas participantes. Atualmente, o movimento funciona em vários estados do país.

A Corrente Classista e Combativa (CCC) é uma organização político-sindical

surgida em 1994, ligada ao Partido Comunista Revolucionário (PCR). A CCC reconhece-se herdeira das agrupações classistas que desde a década de 1970 trabalharam com grêmios industriais e rurais, estatais e de serviços. Seu surgimento está vinculado a um contexto marcado pelas difíceis condições de vida das classes operária e popular, assim como pelas lutas contra as políticas neoliberais implementadas no governo Carlos Saul Menem (1989-1999). Entre 1996 e 1997 a organização expandiu-se por todo o país, sendo uma das correntes mais numerosas do movimento piqueteiro. Atualmente, na CCC convergem três setores sociais: trabalhadores empregados, trabalhadores desempregados e aposentados.

O trabalho de campo desenvolvido junto aos três movimentos pesquisados suscitou momentos de retrospectiva e reflexão, nos quais os/as participantes puderam reavaliar sua trajetória na organização. Utilizando a metodologia da História Oral e a Observação Participante, tivemos oportunidade de conhecer diversas experiências de engajamento. Nas Assembleias de Bairro, o trabalho de campo foi desenvolvido entre janeiro e fevereiro de 2004, na cidade de Buenos Aires, junto a Assembleia de Palermo Viejo, Assembleia Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, e Assembleia de Nuñez-Saavedra. Acompanhamos atividades do Movimento de Mulheres em Luta (MML) de General Roca (Río Negro) e de Rosario (Santa Fe), entre janeiro e fevereiro de 2007. Nesse período também fizemos contato com um grupo da Corrente Classista e Combativa (CCC), de Garín (no norte da província de Buenos Aires), que acompanhamos entre setembro e outubro de 2007, e dezembro de 2008.

Nos depoimentos coletados, nas entrevistas, em reuniões e outras atividades observadas, mulheres e homens reconheciam diversas aprendizagens adquiridas ao longo do processo de engajamento. A fim de apresentar esse conjunto de processos educativos identificados, optamos por manter os

depoimentos em espanhol, sem modificar o estilo nem corrigir as expressões utilizadas, muitas delas próprias da linguagem coloquial. Assim, dentro dos limites da escrita, tentamos conservar alguns traços da expressividade própria da oralidade.

APRENDER UMA NOVA CIDADANIA

Em primeiro lugar, consideramos que a própria existência dos movimentos aponta conflitos centrais da sociedade. Assim, a reflexão em torno do contexto de surgimento dos movimentos pesquisados assinala uma linha de fratura social, “aquela que traça a dualização crescente de sociedades em crise, que aumenta as distâncias sociais e culturais entre os cidadãos e os excluídos” (TOURAINÉ, 1989, p.282). Nesse sentido, pensar o contexto de crise generalizada no qual surgiram as Assembleias de Bairro permite identificar algumas aprendizagens relativas ao enfrentamento e/ou contorno das dificuldades de acesso a bens de primeira necessidade, na forma de atividades produtivas empreendidas por estas organizações. Por exemplo, uma das estratégias utilizadas para enfrentar a crise foi a realização de compras comunitárias. Lucio, participante da Assembleia de Nuñez-Saavedra, relata como a atividade iniciou-se:

“[...] te diría que en enero del 2002 porque en ese momento, no sé si te acordás, existía el llamado el corralito financiero°. Y no es que vos, por ejemplo yo no tenía ni un peso en el corralito, pero los que me pagaban por mi trabajo sí. Entonces estábamos todos en general con una situación de falta de plata, de efectivo, y eso nos hizo organizar lo que se llamaba las compras comunitarias, armábamos en la asamblea una lista e iban dos o tres al Mercado Central a comprar productos”. Lucio, 22 de fevereiro de 2004, Puente Saavedra, Bs. As.

As compras comunitárias surgiram de uma necessidade concreta vivenciada e,

inicialmente, não estavam motivadas por princípios de economia solidária. Em plena crise econômica, comerciantes aproveitaram-se, por exemplo, para remarcar preços de forma abusiva. A experiência das compras comunitárias não se esgotou em si mesma, senão que gerou outras atividades e promoveu interações com distintos atores sociais que vieram a ser importantes para as organizações, por exemplo, pequenos produtores rurais que trabalhavam de forma associativa e agroecológica (BOGADO, 2006, p.168).

Para Lucio, as aprendizagens que essa experiência trouxe, orientaram-se no sentido de inverter a dinâmica do comércio tradicional e organizá-lo sobre bases éticas. Conceitos como “comércio justo”, “produção por autogestão”, “consumidor consciente” entre outros, foram ganhando sentido nas práticas cotidianas.

“[...] entonces paralelamente **vas haciendo un aprendizaje de una serie de conceptos que como el de comercio justo**, suponéte, qué implica eso, que un productor reciba digamos una remuneración por su trabajo suficiente como para reproducir su vida en forma ampliada, con salud y educación. Y para eso vos tenés que articular un sistema en donde la comercialización no se quede con el 50, 70 por ciento, sino que de un 80 por ciento del precio de la cosa que podés comprar acá le llegue al productor [...]” Lucio, 22 de fevereiro de 2004, Puente Saavedra, Bs. As. (grifo nosso)



Fotografia 1: La Asamblearia. Estande de vendas durante o 14º Encontro de Assembleias Autônomas. Fotografia produzida por Adriana Bogado, janeiro/2004.

É importante lembrar que, no contexto de surgimento das Assembleias, o desemprego afetava mais de vinte por cento da população ativa. Diante dessa situação, as Assembleias organizaram uma comissão de desempregados que teria por função criar alternativas e formas de enfrentar a problemática. No caso da Assembleia Popular de San Telmo-Plaza Dorrego uma das atividades empreendidas foi o *Ateliê Artesanal de Couro*. Dessa experiência, uma das participantes assinala a aprendizagem do ofício e destaca as dificuldades de construir novas relações de produção num contexto em que predominam as práticas clientelísticas.

“[...] laburar [*traballar*] entre todos de redistribuir la guita [*dinheiro*] equitativamente, de cierta solidaridad, de sin patrón y **aprender que la responsabilidad tuya, tuya y con tus compañeros y que el emprendimiento funcione depende de eso.** [...] Que no mande nadie no significa que se hace lo que quiere significa que la responsabilidad es de todos y eso son las cosas que pasan en estos espacios [...] Te digo, cómo hacés para quebrar todo el tiempo eso [*as prácticas políticas clientelísticas*] Entonces que no te digan que tenés que ir a la marcha para que te den el bolsón [*de alimentos*] o para cobrar el Autoempleo [*subsídio*], no significa [*ri*] que no haya que hacer nada o que... ¿Cuál es la, cuál es el vínculo que querés construir con nosotros?, eso es lo importante. No sabemos pero armémoslo [...]” Paula, 26 de fevereiro de 2004, Buenos Aires. (grifo nosso)

No contexto de crise, aprender um novo ofício também foi uma estratégia no grupo pesquisado da CCC. No caso desta organização, que gerencia os *Subsídios Chefas e Chefes de Lar*, concedidos pelo Estado, foram organizados ateliês para que os/as beneficiários/as cumprissem com as contraprestações laborais exigidas (realizar alguma atividade laboral por, no mínimo, quatro horas diárias e, no máximo, seis), obtendo formação em algum ofício e a possibilidade de acesso a renda. Assim,

diariamente os/as beneficiários/as reuniam-se no *Centro de Aposentados Paz e Justiça*, onde funciona o grupo, para realizar diferentes atividades nos ateliês. A respeito dessa experiência, uma entrevistada destacava o aprendizado da panificação e, diante da necessidade, a transferência do mesmo ao cotidiano familiar como estratégia de sobrevivência:

“[...] **aprendí que nunca pensé iba a ser en mi vida panadera, aprendí.** (...) si inclusive cuando andábamos mal que mi marido no tenía trabajo, hacíamos pan acá y hacía pan para vender yo acá y así salimos a flote [...]”. Eleuteria, 5 de fevereiro de 2007, Garín, Província de Buenos Aires. (grifo nosso)



Fotografia 2: Produção de pão. Assembleia Popular de San Telmo-Plaza Dorrego. Gentilmente cedida por: Estela Fourmantin

Nos movimentos pesquisados torna-se explícito o desprezo pela política convencional (DOIMO, 1995, p.44), embora também recorram a esses canais normatizados para fazer ouvir suas reivindicações. Quando se encontram com a indiferença, o desrespeito, a burocracia, a ineficiência dos políticos de plantão, os movimentos empreendem seus planos de luta. Na sua trajetória, cada movimento construiu diversas experiências de gestão e negociação com os governos, trazendo importantes contribuições para pensar novos caminhos de construção de processos democráticos de organização social. Porém, diante dos limites deste trabalho, serão apontadas apenas algumas das muitas

aprendizagens vinculadas a essa relação com a política.

A experiência relatada por Emma, do Movimento de Mulheres em Luta, reflete um ponto importante na trajetória do movimento. Ela conta que quando começou a participar acreditava que a solução devia vir dos políticos, que eram eles os que deviam legislar e resolver a problemática dos pequenos e médios produtores e produtoras rurais. Então, inicialmente, sua atuação no movimento refletia a insistência de que fossem apresentadas reivindicações aos políticos, sendo solicitada sua intervenção (BOGADO, 2010, p.81). Esta atitude conduziu as primeiras ações do movimento. Segundo aponta Norma Giarracca (2001, p.136), as mulheres:

Propunham-se [consegui] o apoio das autoridades provinciais para lograr que se parassem as ameaças de leilões. Confiavam em que poderiam dar conta de suas razões, em que suas reivindicações seriam logicamente escutadas e seus problemas solucionados. Ainda não pensavam em um confronto com as autoridades políticas. Portanto, o movimento houvesse podido ter uma vida conjuntural e ser meramente reivindicativo. (tradução nossa)

Porém, o fracasso no intuito de se estabelecer como interlocutor válido com o poder político e as primeiras execuções de bens de pequenos produtores reverteram-se numa mudança de atitude e numa nova orientação tomada pelo movimento. Na percepção de Emma:

“Entonces ahí me di cuenta que era a fuerza de tractor y corazón de madre, porque no hay otra. Es a fuerza de lucha y lucha y lucha, porque cuando hay un modelo empecinado, que parte de afuera, ni siquiera lo crearon ellos, que nos quiere sacar del lugar donde estamos porque le molestamos [...]” 3 de fevereiro de 2007, Rosario. (grifo nosso)

A experiência de participação também implicou enfrentar discriminações e desqualificações por serem mulheres. Contudo, o sucesso em alguns protestos e o

reconhecimento que foram ganhando fortaleceram o engajamento e assim foram descobrindo as capacidades de atuação que tinham coletivamente. Avaliando sua participação no movimento, Emma reconhece que não foram preparadas para a atuação política, mas manifesta que pela sua experiência *“aún sin conocimiento, si querés podés aprender”*. Neste sentido, uma das participantes do MML de General Roca (Río Negro) reflete:

“[...] luchamos todo lo posible y aprendí muchas cosas que teníamos que hacerlas nosotras y no dárselas a nadie porque cuando les dábamos a otro a hacer, por ahí nos salían al revés. Porque decían que nosotras no éramos capaces, que no podíamos hacer, que éramos unas mujeres que no teníamos nada que hacer pero salíamos a la calle. Y nosotras vimos que no era así, porque cuando íbamos a parar un remate la mayoría lo parábamos, esa gente se pudo defender [...]” Rosa, 15 de janeiro de 2007, General Roca. (grifo nosso)

No caso das Assembleias de Bairro, o próprio espaço e as práticas nele desenvolvidas geraram a necessidade de novas aprendizagens. Neste sentido, os dois depoimentos a seguir apontam à importância de *“dizer a própria palavra”*, de se comunicar, de dominar o discurso e a possibilidade de aprendê-lo na práxis e com o apoio dos companheiros/as:

“[...] todos los que no teníamos una práctica política o, el discurso tiene un valor muy fuerte, digo, la, el valor de la palabra en estos ámbitos es terrible. Entonces quién habla bien y quién habla mal anula la posibilidad de que el otro se exprese. Entonces, un poco era, bueno, **vamos tratando de practicar el discurso y no importa que esté bien o que esté mal,** pero si formamos parte de este espacio no puteámos [xingar] por el costado, hagamos, algo [...]” Paula, 26 de fevereiro de 2004, Buenos Aires. (grifo nosso)

“Aprendí a... qué sé yo, a tener más comunicación porque yo antes no [r],

con la gente, con la ayuda de todas las compañeras. Porque yo soy madre soltera, yo, Martín [*o fillo*], murió el papá cuando tenía un año. Y gracias a ellos [*participantes da Assembleia*] **yo me fui desarrollando [...]** Gabriela, 26 de fevereiro de 2004, Buenos Aires. (grifo nosso)

Evelina Dagnino identifica um processo de “redefinição da idéia de *derechos*, cujo ponto de partida é a concepção de um *derecho a ter derechos*” (DAGNINO, 1994, p. 107-108), que não se limita a direitos existentes senão que também inclui a possibilidade de invenção/criação de novos direitos a partir das demandas e lutas. Essa nova cidadania requer a constituição de sujeitos sociais ativos nos processos de reivindicação, definição e reconhecimento de direitos. Desta maneira, trata-se de “uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania ‘de baixo para cima’” (id. *ibid.*, p.108).

Os depoimentos de duas mulheres participantes da CCC, apresentados a seguir, colocam esse processo em termos de “aprender a lutar”:

“Nosotros hacemos piquete⁸ a veces para la salita [*posto de saúde*], para que haya médicos, para que cuando vaya la gente pobre que haya remedios, hasta eso hacemos nosotros. Para los jubilados [...] todo eso, en la lucha, [...] Yo cinco años y las cosas que yo aprendí. [...] **Aprendí a luchar, que con lucha se consigue lo que uno quiere, con lucha sanamente, no ir matando gente para conseguir lo que uno necesita. Luchar sanamente por tus derechos, eso para mí es lo mejor que hay, luchar por tus derechos, ganar tus derechos.**” Eleuteria, 5 de fevereiro de 2007, Garín. (grifo nosso)

“**Y bueno que para conseguir las cosas había que luchar, porque eso es lo que yo aprendí acá, que había que luchar porque nadie te regala nada. Si vos vas y la pedís así solo, tiene que ser en conjunto, el conjunto de la gente, la cantidad de gente, las masas** como dice el Chino. Porque solos no conseguimos

nada, entonces vamos todos y pedimos lo que necesitamos.” Gladis, 9 de outubro de 2007, Garín. (grifo nosso)

Essa nova cidadania colocada por Dagnino (op. cit.), não se limita à incorporação ao sistema político, senão que envolve uma *propuesta de sociabilidad*, no sentido de estabelecer relações sociais mais igualitárias em todos os níveis. Essa proposta constitui um desafio, num contexto marcado por práticas hierárquicas, de poder e desiguais. A autora atenta que superar esse *autoritarismo social* que marca as relações do nosso cotidiano requer mudança cultural, gerada por diferentes aprendizagens que estão sendo realizadas. No seguinte item apresentamos experiências de alguns participantes dos movimentos pesquisados que orientam-se para um trabalho de transformação encaminhado nesse sentido. Porém, somos cientes de que se trata de experiências pontuais de pessoas que escolhem empreender esse processo.

APRENDER NA LUTA

O pluralismo ideológico que caracteriza os movimentos pesquisados, segundo os depoimentos coletados, envolveu aprendizagens fundamentais para tornar possível o trabalho coletivo. Assim, uma dimensão que é colocada pelos/as participantes são aprendizagens vinculadas à própria dinâmica de participação construída no seio de cada organização. No caso das Assembleias de Bairro, as aprendizagens foram potencializadas pela interação e convívio entre pessoas com diferentes níveis de experiência de participação política. Neste sentido, uma participante apontava que o processo de construir e aprender a prática deliberativa envolveu, igualmente, pessoas sem militância e as que tinham uma longa trajetória anterior, pois estas últimas tiveram que mudar junto com as primeiras. Nesse sentido, Lucio, que possuía uma trajetória em organizações políticas “*revolucionárias*” da década de 1970, expõe:

“[...] **nosotros nos tuvimos que adaptar a esa impronta nueva de que**

todos éramos iguais, nadie tenía charreteras, nadie tenía un pasado. Yo he visto muchos colegas intelectuales venir a la asamblea y salir corriendo porque no los dejaban hablar o no les daban pelota, ¿no? Muchos. Han ido quedando pocos intelectuales orgánicos en asambleas porque es difícil para el intelectual que no le reconozcan una cierta supremacía a la hora de pensar y acá no te la reconoce nadie [r]. Y vos podrás tener razón, pero no tenés más remedio, de un modo de decir zapatista, que caminar al ritmo del más lento, ¿no? Y eso es lo que tiene de interesante la organización horizontal, pero tiene un desgaste muy grande también.” Lucio, 22 de fevereiro de 2004, Puente Saavedra, Bs. As. (grifo nosso),

Dentre as aprendizagens identificadas neste contexto, cabe destacar o *aprender de escutar o outro*. Nesse sentido, uma das participantes da Assembleia Popular de San Telmo-Plaza Dorrego refletia a esse respeito:

“Y sí yo creo que, fundamentalmente de, bueno **aprender de escuchar al otro, a ser mucho más abierta y bueno a darme cuenta de que yo puedo estar trabajando con alguien que no piensa igual que yo, pero que bueno en ese momento estamos trabajando juntos, ¿no?** O sea, que lo importante es para dónde empujás un poco, ¿no? O sea, no tanto si estás de acuerdo en las comas y en los puntos sino, viste, tirar para adelante. Es eso.” Ruth, 26 de fevereiro de 2004, Buenos Aires. (grifo nosso)



Fotografia 3: Participantes da Assembleia de San Telmo-Plaza Dorrego durante assembleia. Fotografia produzida pela pesquisadora, fevereiro/2004.

Cabe apontar que se trata de uma escuta atenta, ativa, escutar para conhecer o outro e reconhecê-lo, ao mesmo tempo, como diferente e igual. Nesse sentido, uma entrevistada valorizava o dissenso na procura por alternativas de ação. Os/as participantes das Assembleias destacaram que os espaços de trabalho coletivo e socialização promoviam, também, muitas aprendizagens. No depoimento a seguir, Gabriel, da Assembleia Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, expõe como aprender a trabalhar juntos requer mudanças em um nível pessoal. Também, revela o processo de criação de sentido decorrente do trabalho coletivo:

“Y aprendizajes para mí, lo más importante para mí, seguro que para muchos otros más, es el tema de trabajo colectivo. Te saca mucha estupidez personal. [...] Acá, tiene su complejidad, no es que somos todos buenitos, [...] todos tenemos nuestros vicios, todos a veces somos personalistas, todos a veces nos bandeamos, algunos tenemos más conciencia, otros tenemos menos. El aprendizaje es básicamente pienso para todos, para no hablar de mí solo, [...]. **Eso te va cambiando [...]** y después del laburo lo más importante pasa a ser esto, así que estás todo el tiempo, **pasa a ser uno de los ejes de tu vida [...]**” Gabriel, 26 de fevereiro de 2004, Buenos Aires. (grifo nosso)

Como atores da sociedade civil, os movimentos sociais estabelecem um “diálogo” mais ou menos explícito com outras organizações que os antecederam ou com as quais coexistem, possibilitando a criação de novas estratégias de ação e a recriação de experiências anteriores. Este diálogo materializa-se, por exemplo, na utilização de redes com outras organizações como estratégia de ação coletiva, enquanto articulações políticas, ideológicas ou simbólicas (SCHERER-WARREN, 1999, p.24). Nos movimentos pesquisados as redes estabelecidas com outras organizações serviram para “somar forças”, e há diversos relatos de aprendizagens desenvolvidas a partir dessas interações. No mesmo sentido,

é possível constatar que o movimento nutre-se das aprendizagens desenvolvidas por organizações que o precederam, nos casos estudados, principalmente, movimento operário e organizações de direitos humanos. Essa estratégia de organização e relacionamento, segundo a autora citada, envolve os seguintes pressupostos ideológicos:

Primeiro, pressupõe a construção de uma nova utopia de democracia, em que as relações políticas seriam mais horizontalizadas e em que haveria maior reconhecimento e respeito à diversidade cultural e pluralismo ideológico (...) Segundo, aposta na possibilidade de conectar o local ou específico com o global ou com o interesse mais geral de uma cidade, de uma região ou mesmo do planeta. (id. *ibid.*, p.28).

A ativação de redes pré-existentes (de amizade e parentesco) foi uma das formas de participação e recrutamento utilizadas pelo Movimento de Mulheres em Luta (BIDASECA & MARIOTTI, 2001). Desde seu início o MML, segundo aponta Norma Giarracca (2001), estabeleceu vínculos com diferentes organizações do país (Federação Agrária Argentina; Sitiantes Federados etc.); organizações provinciais (Movimento Camponês de Santiago del Estero/MOCASE; Centro de Empresários de Famallá, de Tucumán), e do exterior (MST do Brasil e *El Barzón* do México).

No caso das Assembleias de Bairro, os/as participantes destacaram os vínculos estabelecidos com grupos piqueteiros e reconheceram que obtiveram aprendizagens importantes tanto por intermédio do conhecimento destas organizações enquanto movimento, como no trabalho em conjunto (BOGADO, 2006, p.57). Também, assinalaram que algumas formas de protesto adotadas foram aprendidas junto a outros movimentos sociais do campo popular. Por exemplo, o *escrache* – forma de protesto que constitui uma ação simbólica, não violenta, de reivindicação por justiça e reflete a condenação popular dirigida aos repressores da última ditadura militar argentina (1976-

1983) – foi criado pela organização de direitos humanos H.I.J.O.S. (Filhos pela Identidade, a Justiça, contra o Esquecimento e o Silêncio). Como relata uma *assembleista*:

“Nace de H.I.J.O.S., es un aprendizaje que se hace de H.I.J.O.S. Creo que nosotros tomamos de H.I.J.O.S. el *escrache*; de los piqueteros el corte; de las Madres, la Plaza de Mayo. Es como un aprendizaje que se va haciendo de otras organizaciones de lucha. Cuando los H.I.J.O.S. le empiezan a hacer el *escrache* a los represores en sus viviendas, que no sabían los vecinos quiénes eran los que estaban ahí. Entonces ‘Acá vive el genocida’, [...] Ese era el *escrache* de H.I.J.O.S., mostrar quién fue ese sujeto. Nosotros hacíamos lo mismo, cuando aparecía un político lo *escrachábamos* y bueno esa era la historia.” Estela, Buenos Aires, 29 de Janeiro de 2004.

Uma das lideranças do MML em Rosario (Santa Fe), destacava a construção de vínculos de amizade com as companheiras do movimento a partir do engajamento, assinalando o desenvolvimento de novas redes de caráter pessoal e afetivo. Também lembrava de algumas pessoas que o movimento apoiou e que, posteriormente, se somaram à luta, vinculando essas redes com a solidariedade. Por outro lado, refletia a respeito de outras aprendizagens decorrentes nas ações de luta:

“Y bueno, vos reafirmás lo que es la solidaridad. Así como vemos que hay gente que está sumamente agradecida, hay gente que una vez que arregló su problema no le importa más nada. Y bueno, **eso también lo aprendí**, que aquel al que no le importa más nada, **vos te hacés un callito [calo] para que no te duela, que no sea una herida que te va a doler todas las veces**. Porque hay gente que realmente vos has ido de corazón a ayudarla, solucionó todos sus problemas y si te he visto no me acuerdo [...] **Y esas cosas si bien las tenés que reconocer no te tienen que lastimar**. No sé si me entendés.” Emma, 3 de fevereiro de 2007, Rosario. (grifo nosso)

O depoimento aponta para aprendizagens que operam em um nível

diferente do cognitivo-racional, mas que não por isso devem ser consideradas irracionais. Como afirma Alberto Melucci (1994, p.153), as “*experiências corporais, emocionais e afetivas*”, que fazem parte da experiência humana, foram completamente removidas do paradigma ocidental dominante. Nesse sentido, a presença de outros atores sociais, como movimentos de mulheres e jovens, por exemplo, colocam a necessidade de incorporar essa dimensão em nossas análises, possibilitando que se recupere tal parte da experiência humana.

No trabalho de campo desenvolvido junto à CCC, tivemos oportunidade de observar a existência, entre as pessoas participantes, de redes de parentesco e amizade. Mas, também foi possível comprovar situações nas quais o grupo ativava redes de solidariedade no bairro. Um exemplo é o apoio à Graciela Centurión na reivindicação de justiça pela morte de sua filha Mariana Victoria Sánchez⁹. Em 24 de setembro participamos de uma das marchas junto a Graciela, seus familiares e a CCC, no Fórum de Campana (Província de Buenos Aires). No protesto pudemos observar algumas semelhanças com as formas de reivindicação desenvolvidas pelas organizações de direitos humanos na sua procura de esclarecimento e justiça pelas vítimas da repressão militar.



Fotografia 4: Participantes da CCC durante protesto reivindicando justiça por Mariana Sánchez. Fotografia realizada pela pesquisadora, setembro/2007.



Fotografia 5: À direita, Graciela Centurión, pichando rua, junto a uma junto a uma parenta. Fotografia realizada pela pesquisadora, setembro/2007.

Quando, tempo depois, entrevistamos Graciela, ela manifestou que na experiência de reivindicação tinha aprendido que “*la justicia es la burocracia nada más, no la podés tocar y vos la tenés que llevar adelante*”. Enunciava, assim, sua crítica ao sistema judicial, à forma em que opera, e as vicissitudes que enfrenta quem deseja que um crime não fique impune.

“[...] cada persona, lamentablemente, tiene que llevar a cuestras su causa, impulsarla, golpear puertas, discutir si es necesario con el fiscal, acusarlo, porque ellos no son seres superiores a nosotros. Acusarlos, porque son delincuentes también, algunos.” Graciela, 13 de dezembro de 2008, Garín.

Também, descobriu que a ação política é um caminho para conseguir justiça, pois “*Si no hacés nada, entonces no hacen nada*”. Nesse sentido, é fundamental contar com o apoio das pessoas e organizações para assumir essa tarefa que aparece como dever, frente à ineficiência judicial. Sua experiência de luta resultou no objetivo de criar alguma organização contra a impunidade. Graciela, tendo por base suas aprendizagens no enfrentamento que encampa, passou a assessorar outras pessoas em casos de abuso de autoridade e apoiar os protestos de pessoas que reivindicam justiça.

Nos movimentos pesquisados o estabelecimento e a ruptura de redes com outras organizações revelam as problemáticas abordadas e, principalmente, as definições políticas e identitárias que

foram construindo. Neste sentido, como aponta Scherer-Warren (1999, p.30), mesmo com tensões as redes entre movimentos criam um novo campo político-cultural.

Nos três movimentos pesquisados, as pessoas se manifestaram a respeito da transmissão das experiências e aprendizagens que estavam sendo desenvolvidas na organização. Assim, entendemos que reconheciam suas organizações como espaços educativos. Um dos participantes das Assembleias observava que a média de idade dos/as participantes era bastante elevada e assinalava a presença de “setentistas”, como ele. Em suas palavras aparecia como principal preocupação a continuidade do movimento, pelo fato de que havia poucos jovens participantes.

Também, evidenciamos o envolvimento das famílias nas reivindicações e ações diretas. Porém, mais comum eram as redes de solidariedade estabelecidas no cotidiano entre as mulheres, muitas vezes de caráter intergeracional, principalmente filhas apoiando o engajamento de suas mães (BOGADO, 2010, p. 122, 176, e 203, entre outras). Emma do MML explicava que seu engajamento no movimento era uma forma de deixar a seus descendentes não apenas a herança da terra senão também a herança de sua defesa:

“Aunque le dejes un pequeño patrimonio a tus hijos y a tus nietos no le dejaste lo otro, que es la lucha por el patrimonio, por mantenerlo, por cuidarlo, por tenerlo, por mantener tu existencia, porque acá no estamos luchando por cinco mil hectáreas en la pampa húmeda, estamos luchando por el pan de todos los días, por el trabajo.” Emma, 3 de fevereiro de 2007, Rosario.

No caso da CCC, a presença de crianças acompanhando muitas das atividades que são desenvolvidas no movimento, reuniões, assembleias e inclusive protestos (marchas, acampamentos, piquetes etc.), é considerada parte de um processo de socialização e aprendizado. No fragmento de uma entrevista, que

apresentamos a seguir, o coordenador, apelidado de *Chino*, do Centro de Aposentados Paz e Justiça expõe essa visão. Optamos por transcrever todo o fragmento para mostrar as intervenções de seu filho Nicolás (Nico), de quatro anos de idade, que acompanhava a entrevista.

Chino: “Entonces van aprendiendo cosas y vos ves estos chiquitos que están acá escuchando, que hablan, que juegan... bueno esos son los herederos que vamos dejando nosotros para que vayan enseñándole una teoría política, para que vayan aprendiendo cosas [pausa]. Este me dice [seu filho Nicolás, que cochicha no seu ouvido], ‘Decile de la papa, decile de la papa’. Bueno él piensa que la papa, nosotros no compramos papa porque no tenemos plata, le decimos porque somos pobres, entonces él va viendo, papa no hay, no hay carne y no hay leche y entonces nosotros cómo que los chicos se van dando cuenta que hay

Nico: Y mandarina también no hay.

Chino: Que estos chicos tienen que salir a pedir, nosotros

Nico: [Interrompendo] Ni tomate, ni carne.

Chino: Bueno. Y estos chicos van aprendiendo, que un kilo de yerba sale tanto, ellos van viendo que nosotros somos pobres, les decimos, y tenemos que conseguir cosas. La papa, no haciendo cosas malas, sino luchar, organizarse para poder conseguir las cosas. Así es el movimiento.”⁹ de outubro de 2007, Garín. (grifo nosso)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto procuramos contribuir com a reflexão a respeito de processos de educação não-formal, a partir de uma abordagem dos movimentos sociais como espaços educativos, identificando aprendizagens realizadas por participantes no processo de militância em três movimentos da Argentina. Ao longo do texto percebemos a diversidade de aprendizagens possibilitadas pelo convívio

de pessoas com diferentes trajetórias, origens, idades, gênero, classe social, ideologias etc. Essa heterogeneidade é constitutiva dos movimentos pesquisados, diversos entre si, e gera a possibilidade de novas experiências para as pessoas envolvidas. Consideramos que essa possibilidade é favorecida pelo estabelecimento de uma dinâmica que objetiva o desenvolvimento de práticas de democracia direta e que torna o dissenso possível, e até desejável, na procura de criar novas alternativas de participação que consigam contemplar essa mesma diversidade interna.

A experiência dos/as participantes revela o caráter experimental e de construção dessas práticas, assinalando também limites nesse processo. Embora inicialmente pareçam acreditar que seria possível construir um espaço com relações mais igualitárias, descobrem que o espaço do movimento não foge das dinâmicas preponderantes na sociedade. O reconhecimento desses limites para a ação coletiva aponta para a necessidade de empreender uma transformação cultural, que permita o aprofundamento do processo democrático. Essa transformação, que inicialmente aparece na forma de esforços isolados, questiona o autoritarismo social desde a própria transformação pessoal.

Desta maneira, a busca e construção de uma nova cidadania podem ser observadas em algumas das ações dos movimentos pesquisados. Em sua participação, mulheres e homens revelam a importância da organização da sociedade civil e da necessidade de transformação cultural como aspectos fundamentais de luta política para a construção da cidadania.

Nos depoimentos apresentados aparecem aprendizagens realizadas a partir de atividades desenvolvidas para contornar uma situação de crise generalizada. As/os entrevistados envolveram-se em empreendimentos que funcionavam de forma paralela e alternativa ao sistema, embora, às vezes, “subsidiada” pelo próprio

sistema, adquirindo diversos conhecimentos e aprendendo ofícios. Essas aprendizagens são transferíveis e, de fato, transferidas a outros espaços da vida. Também, foram destacadas aprendizagens geradas a partir do estabelecimento de redes com outros atores sociais. Esse “diálogo”, entre outras coisas, alimenta um fundo comum de formas de luta do campo popular. As aprendizagens das redes são coletivas, refletem definições políticas e identitárias, e, também, pessoais. Neste último caso, colocam a necessidade de considerar uma dimensão emocional/afetiva na experiência de participação.

O engajamento possibilitou perceber que mesmo não se estando “preparado para a política” é possível aprender. Porém, os desafios continuam. Para participar é necessário adquirir novos conhecimentos, como aprender a “*dizer a própria palavra*”, e para que a experiência realizada não se perca é preciso transmiti-la. Nesses processos homens e mulheres vão recuperando diversas experiências, ressignificando antigas práticas, experimentando novas formas de fazer, recriando outras e, acima de tudo, criando sentido num espaço de luta compartilhada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIDASECA, Karina; MARIOTTI, Daniela. Viejos e nuevos actores en la protesta rural en la Argentina: Una reflexión desde la cuestión de género. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, nº5, p. 148-189, jan/jun 2001.
- BOGADO, Adriana. **Tecendo a política: Itinerários de participação política de mulheres em movimentos sociais contemporâneos na Argentina**. São Carlos: 2009. 320f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.
- _____. **Assembleias de Bairro na Argentina: Criando espaços de ação política para reconstruir o tecido social**. São Carlos: 2006. 239 f. Dissertação

(Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.) **Anos 90: sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.103-115.

DOIMO, Ana M. **A vez e a voz do popular: Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

GIARRACCA, Norma. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 2001, 2º edição.

ISLA, César. **El Movimiento de Mujeres en Lucha y el plan de convertibilidad:**

Lucha por la tierra y formulaciones para salir de la crisis. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 2004.

MELUCCI, A. “Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento”, **Novos Estudos Cebrap**, Nº 40, p.152-166, 1994.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: Ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

TOURAINE, Alain. **Palavra e sangue: Política e sociedade na América Latina**. Campinas: Unicamp, 1989.

VERRANGIA, Douglas. **A educação das relações étnico-raciais no ensino de Ciências: diálogos possíveis entre Brasil e Estados Unidos**. São Carlos: 2009. 322f. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de Metodologia de Ensino, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

¹Uma versão prévia deste trabalho foi apresentada na Conferência Internacional “Educação, Globalização e Cidadania. Novas Perspectivas da Sociologia da Educação”, em João Pessoa, de 19 a 22 de fevereiro de 2008.

² Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, e pesquisadora do Grupo de Investigação “Terra, Trabalho, Memória e Migrações” (Diretório do CNPq).

³ A pesquisa de mestrado estudou as Assembleias de Bairro na Argentina surgidas na crise de 2001, foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (PPGCSO/UFSCar), e financiada pela CAPES. A pesquisa de doutorado estudou a participação política de mulheres em movimentos sociais da Argentina, foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar e teve financiamento da FAPESP. Ambas pesquisas foram orientadas pela Professora Dra Maria Aparecida de Moraes Silva.

⁴ O estudo das práticas sociais e os processos educativos em ambientes não-escolares e escolares é uma contribuição da linha de pesquisa Práticas Sociais

e Processos Educativos (DME/UFSCar/Diretório CNPq).

⁵ Mobilizações espontâneas de milhares de cidadãos e cidadãs por iniciativa própria, sem atenderem a nenhuma convocatória de partidos ou sindicatos, em repúdio à declaração do estado de sítio decretado pelo governo.

⁶ Em 1 de dezembro de 2001, o governo anunciou um plano de 90 dias para impedir a queda de depósitos bancários. Uma das medidas desse plano foi o limite de saque semanal de 250 dólares, que passou a ser chamado de “*corralito*”, recinto onde se recolhe o gado.

⁷ Este grupo do MML impediu que mais de 40 propriedades de pequenos produtores/as fossem leiloadas, e as conseqüente perda da fonte de trabalho e moradia das famílias desses produtores.

⁸ Forma de protesto que consiste em um bloqueio de uma pista ou caminho. As pessoas constroem uma espécie de barricada com pneus, pedras e/ ou paus, cortando o trânsito.

⁹ Em 17 de agosto de 2006, Mariana Sánchez morreu, baleada na cabeça. Estava no carro do namorado, Gabriel Omar García, policial. As investigações concluíram que a jovem se suicidou com a arma do

namorado e o processo judicial teria sido encerrado. Atualmente Gabriel García é acusado de homicídio e espera julgamento.